

IMIGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO DE TRABALHO - O CASO PORTUGUÊS

Alexandra Manuela Gomes - Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Centro - E-mail: alexandra.mgomes@ine.pt

Susana Baptista - Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Centro - E-mail: susana.baptista@ine.pt

RESUMO:

O presente artigo procura avaliar o impacto dos imigrantes nas diferentes áreas da economia portuguesa, passando pela dimensão demográfica, social e especialmente pela económica, mostrando que essa incidência difere consoante as nacionalidades. Sendo a comunidade de imigrantes bastante heterogénea, é possível traçar diversos perfis socioeconómicos e diferentes formas de integração no mercado de trabalho, associados sempre à sua nacionalidade. Procura-se ainda verificar algumas relações entre as regiões de destino da imigração, a sua especialização sectorial, o funcionamento dos mercados de trabalho e o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Imigração, Mercado de Trabalho, Especialização Sectorial, Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT:

“Immigration, Regional Development and Labor Market – The Portuguese Case” This paper seeks to explore the impact of the immigrants in the portuguese economy in the degree to each demographic, social but mainly the economic aspects differ according to nationalities. As immigrants communities are very heterogeneous, associated to their nationalities, it is possible to identify different socioeconomic profiles and forms of integration in the labor market. The work is also about analysing some relationships between the immigration destination regions, its sectorial specialization, the functioning of labor markets and regional development.

Keywords: Immigration, Labor Market, Sectorial Specialization, Regional Development

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os fenómenos imigratórios em Portugal. Há algum tempo atrás, esta temática não suscitaria grande interesse, uma vez que a imigração era um fenómeno com muito pouca relevância, pois historicamente Portugal foi sempre um país de emigrantes. Actualmente, este é um assunto com grande pertinência, já que Portugal se tornou num país de imigração e este fenómeno não tem parado de crescer. Sobretudo ao longo da última década, registaram-se importantes alterações no quadro migratório português. Para além da duplicação do número de imigrantes a residirem em Portugal, assistiu-se ainda a uma diversificação considerável e a imigração deixou de ser quase exclusivamente lusófona, sobretudo com a chegada, nos finais da década de 90, de elevados contingentes de imigrantes do leste europeu.

Face a este panorama, o presente trabalho procura avaliar o impacto dos imigrantes nas diferentes áreas da economia portuguesa, passando pela dimensão demográfica, social e especialmente pela económica, mostrando que essa incidência difere consoante as nacionalidades, já que os imigrantes são um conjunto bastante heterogéneo de indivíduos, com características muito diferentes entre si associadas sempre ao seu país de origem. Procura-se ainda verificar algumas relações entre as regiões de destino da imigração, a sua dinâmica, especialização sectorial e o funcionamento dos mercados de trabalho. Como fonte de informação utilizaram-se os vários Recenseamentos Gerais da População do Instituto Nacional de Estatística, especialmente o recenseamento de 2001.

O artigo é constituído por quatro partes. Em primeiro lugar procede-se a um enquadramento dos fenómenos migratórios em Portugal. Na segunda parte, avaliam-se os impactos da imigração sobre a estrutura demográfica e social da população, abordando-se questões como a distribuição geográfica da imigração, a sua estrutura etária e o nível das qualificações. Numa terceira parte, mostra-se o impacto da imigração no quadro laboral português, destacando-se aspectos como as profissões e os ramos de actividade que empregam mais imigrantes, a situação na profissão e as relações que se podem estabelecer entre a especialização sectorial das regiões de destino dos imigrantes e a sua própria especialização. Numa perspectiva mais global, que abarca questões demográficas, sociais e económicas, procuram-se ainda estabelecer algumas relações entre os destinos da imigração e o seu desenvolvimento económico e humano, o nível de vida e o funcionamento dos mercados de trabalho, entre outras. Finalmente, apresentam-se algumas conclusões.

1.1 ENQUADRAMENTO DOS FENÓMENOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

A abordagem dos fenómenos migratórios em Portugal passa necessariamente pela combinação de dois factores. Por um lado, temos a vasta comunidade portuguesa espalhada pelo mundo que mantém estreitas ligações socioeconómicas e culturais à terra natal. Por outro, o forte relacionamento que sempre existiu com as ex-colónias, que se tem traduzido em importantes fluxos de imigrantes provenientes destes países onde se incluem o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa, vulgarmente designados por PALOP¹ (cf. Malheiros, 2002a).

¹ PALOP - Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe.

Mais recentemente, com as dificuldades sentidas após o desmembramento da União Soviética e o consequente aparecimento de novos estados independentes, assistiu-se à vinda de imigrantes oriundos dos Países de Leste (Ucrânia, Moldova, Rússia, etc.).

PORTUGAL PAÍS DE EMIGRAÇÃO TORMA-SE NUM PAÍS DE IMIGRAÇÃO

Os fluxos de emigração a partir de Portugal remontam à época dos descobrimentos, tendo-se tornado particularmente significativos no século XX a partir de finais dos anos 50. Até esta altura, estes fluxos eram sobretudo transatlânticos, destinando-se maioritariamente aos países do continente americano: inicialmente o Brasil e depois os Estados Unidos, Venezuela e Canadá. A partir do fim da década de 50, a emigração portuguesa direcionou-se para as economias em crescimento do norte e centro da Europa, nomeadamente a França e Alemanha. Isto porque, com o pós-guerra e a consequente reconstrução dos países integrados no plano Marshall, assistia-se a um défice de mão-de-obra que foi colmatado pelos fluxos migratórios originários dos países do sul da Europa, que se caracterizavam por excedentes de população rural. Este movimento de trabalhadores pouco ou nada qualificados acentuou-se na década de 60.

A década de 70 veio pôr fim ao êxodo emigratório português. Por um lado, a crise económica nas maiores economias europeias, agravada pelo choque petroliero de 1973, conduziu a políticas restritivas adoptadas pelos tradicionais países de acolhimento. Por outro lado, a instauração da democracia decorrente da Revolução de 25 Abril de 1974, traduziu-se numa melhoria das condições de vida dos portugueses (concretizada num aumento dos salários e dos benefícios sociais), o que favoreceu

a fixação dos potenciais emigrantes. Foi também nesta década que se desencadearam fortes fluxos imigratórios para Portugal. Com a descolonização e a consequente situação de instabilidade e graves problemas económicos nos países do antigo espaço colonial português, entraram no país enormes contingentes de imigrantes africanos provenientes sobretudo de Angola e Cabo Verde. Note-se que até esta altura, a imigração em Portugal era um fenómeno residual. De destacar somente, durante os anos 60 e início da década de 70, o aumento da imigração para o sul do país, devido ao desenvolvimento turístico do Algarve, que atraiu sobretudo ingleses e alemães.

No decurso da década de 80, Portugal afirmou-se definitivamente como país receptor de mão-de-obra estrangeira. A degradação generalizada das condições de vida nos países em vias de desenvolvimento, cuja origem mergulha na crise do endividamento externo e nas subsequentes políticas deflacionistas impostas pelo Fundo Monetário Internacional, desencadeou fluxos imigratórios para os países do sul da Europa, nomeadamente para Portugal, que registava um surto de crescimento económico decorrente da sua adesão à CEE e da queda do preço do petróleo (cf. Ferreira e Rato, 2000). No final desta década, Portugal começou a receber fundos comunitários, o que impulsionou um grande número de obras públicas (sobretudo na região de Lisboa), que se traduziram em necessidades crescentes de mão-de-obra, colmatadas sobretudo por imigrantes africanos. Assim o número de residentes estrangeiros no país aumentou significativamente neste período, com destaque para os provenientes dos PALOP e do Brasil.

O final da década de 90 constituiu uma nova fase de movimentos imigratórios para Portugal. Com a chegada de um grande número de imigrantes provenientes do leste europeu (Ucrânia, Moldova,

Rússia, Roménia), na sequência da queda do muro de Berlim, do desmembramento da União Soviética e subsequente aparecimento de novos estados independentes, o panorama da imigração diversificou-se significativamente, continuando no entanto a ser maioritariamente lusófona. Para esta alteração refira-se também o contributo dos imigrantes de países asiáticos (Índia, China) e de outros países africanos não lusófonos.

Verifica-se assim que a situação de Portugal, que nas últimas décadas se tinha caracterizado por ser um país de partida de fluxos migratórios, inverteu-se, tornando-se, a partir de meados dos anos 80, um país de chegada desses fluxos. Contudo, actualmente a emigração não se extinguiu, destinando-se sobretudo a países da Europa (nomeadamente Suíça, França, Alemanha e Reino Unido), beneficiando das políticas de livre circulação decorrentes da entrada de Portugal na União Europeia.

IMIGRAÇÃO NO ESPAÇO EUROPEU

A relativa prosperidade económica e estabilidade política vivida na União Europeia têm representado factores de atracção de imigrantes que se estendem a todos os Estados Membros. De facto, todos eles se “tornaram, nos últimos anos, em países de imigração, embora os países do sul tenham sido os que levaram mais tempo a mudar a sua condição de exportadores líquidos de mão-de-obra” (Rita, 2002: 39-39). De acordo com o Eurostat, cerca de 5% da população da União Europeia são cidadãos estrangeiros relativamente ao espaço comunitário. A imigração tem sido mesmo a principal causa do crescimento da população na União Europeia desde o início dos anos de 1990. Segundo as primeiras estimativas demográficas do Eurostat para 2002, os

fluxos migratórios explicam mais de três quartos do crescimento populacional tendo-se assistido em todos os Estados Membros a saldos migratórios positivos. Para o total da União Europeia, o saldo migratório em 2002 cifrou-se em 2,7 por mil habitantes, enquanto que a taxa de crescimento natural se ficou pelos 0,8 por mil habitantes. Em termos relativos, ou seja, considerando o total da população, Portugal revelou-se nesse ano o país com maior saldo migratório (6,7‰).

1.2 O CONCEITO DE IMIGRANTE

Atendendo a que os Recenseamentos Gerais da População, do Instituto Nacional de Estatística, foram a fonte de informação deste trabalho e o conceito de imigrante não existia no âmbito desta operação estatística, foi necessário estabelecê-lo, por forma a definir o universo de análise. Assim, considerou-se como universo do estudo, apenas os indivíduos residentes em Portugal que actualmente possuem nacionalidade estrangeira e que nasceram no estrangeiro. De acordo com os dados dos Censos 2001, para Portugal, este universo corresponde a cerca de 200 mil indivíduos, tal como se encontra a sombreado no Quadro 1. Apesar de se estarem a excluir os imigrantes que têm nacionalidade no estrangeiro mas que actualmente possuem a nacionalidade portuguesa, entendemos, que esta situação é preferível a considerar, sem mais nenhuma restrição, toda a população com nacionalidade no estrangeiro ou toda a população com nacionalidade estrangeira. Isto porque nestes dois casos estaríamos a incluir indivíduos que não fazem parte, de forma alguma, da população imigrante. Foram ainda excluídos do âmbito da análise os indivíduos com dupla nacionalidade e ainda os apátridas (indivíduos sem nacionalidade).

QUADRO 1

População Residente em Portugal segundo a Naturalidade por Nacionalidade em 2001

Nacionalidades	Naturalidade		
	Total	Portugal	Estrangeiro
Total	10 356 117	9 704 645	651 472
Portuguesa	10 001 074	9 653 438	347 636
Estrangeira	226 715	9 885	216 830
Dupla Nacionalidade	127 253	40 729	86 524
Apátridas	1 075	593	482

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

2. A IMIGRAÇÃO E A SUA INCIDÊNCIA NA ESTRUTURA DEMOGRÁFICA E SOCIAL DA POPULAÇÃO

IMIGRAÇÃO MAIS DO QUE DUPLICOU NA ÚLTIMA DÉCADA

Em 2001, existiam aproximadamente 217 mil imigrantes residentes em Portugal, o que representava cerca de 2% da população total. Nas últimas décadas, este valor conheceu um acréscimo bastante significativo, tendo mais do que duplicado

face a 1991. Contrariamente à actual estrutura por sexos da população, onde predominam as mulheres (52%), a população imigrante é constituída maioritariamente por homens (54%), o que também não acontecia em 1991, onde se registava um equilíbrio entre sexos.

QUADRO 2

População Total e Imigrante Residente em Portugal em 1981, 1991 e 2001

Anos	População Total		População Imigrante		Taxa de Variação da População Imigrante (%)	
	HM	H	HM	H	HM	H
1981	9 833 014	4 737 715	97 357	46 905	-	-
1991	9 867 147	4 756 775	101 973	50 471	4,7	7,6
2001	10 356 117	5 000 141	216 830	117 972	112,6	133,7

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1981, 1991 e 2001.

REGIÃO DE LISBOA ATRAI A MAIORIA DOS IMIGRANTES

As comunidades de imigrantes encontram-se bastante concentradas em termos espaciais, uma vez que mais de metade dos imigrantes residentes em Portugal se localizam na Região de Lisboa. De salientar os concelhos de Sintra, Lisboa, Loures, Amadora e Cascais que, em conjunto, concentram cerca de 34% da totalidade dos imigrantes residentes no País. Este fenómeno poderá estar associado à tendência de reagrupamento nos locais de destino e ao facto da grande maioria dos imigrantes entrar em Portugal por Lisboa, fixando-se nessa região para reduzir os custos de deslocação e por existirem mais oportunidades.

No entanto, em termos relativos, é o Algarve que se destaca com cerca de 6 imigrantes por cada 100 indivíduos aí residentes, o que se prende, por um lado, com as necessidades de mão-de-obra decorrentes do seu desenvolvimento turístico e, por outro, com

a fixação de europeus reformados nesta região, atraídos sobretudo pelo clima e pelo diferencial do custo de vida. São aliás os concelhos algarvios de Albufeira, Lagoa, Aljezur, Vila do Bispo e Lagos que registam, em termos nacionais, as concentrações relativas mais elevadas de imigrantes, com cerca de 9 imigrantes por cada 100 habitantes.

POPOULAÇÃO IMIGRANTE MAIS JOVEM

A estrutura etária da população imigrante apresenta contornos substancialmente diferentes dos da população total, como evidencia a Figura 1. De facto, cerca de 83% dos imigrantes (por oposição aos 68% da população total) concentram-se na idade potencialmente activa (15-64 anos), reflexo da tentativa de melhoria das condições de vida através do trabalho, subjacente à maioria dos fluxos imigratórios. A proporção de imigrantes com 65 ou mais anos é bastante inferior à que se regista para o total da população, a que também não será alheio o facto da maioria dos imigrantes regressar aos seus países de origem no final da vida activa.

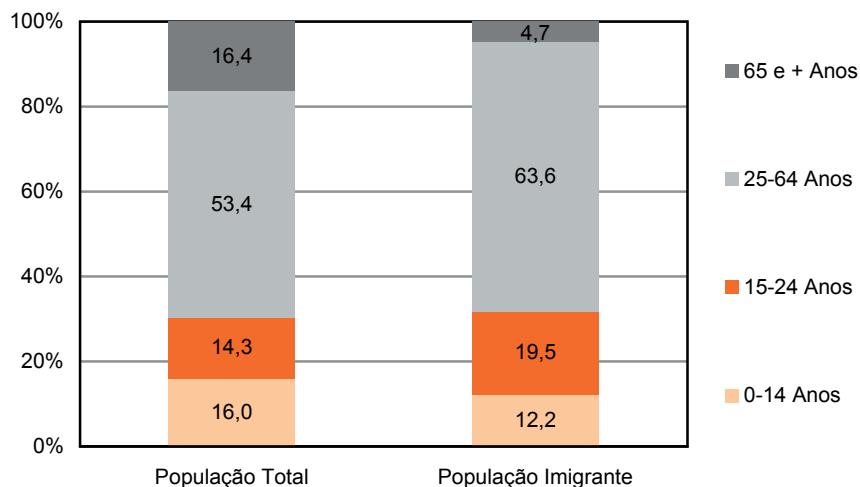
QUADRO 3

População Total e Imigrante Residente nas Regiões NUTS II e Proporção de Imigrantes no Total da População de cada Região em 2001

	População Total		População Imigrante		Proporção de Imigrantes no Total da População da Região (%)
	Nº	%	Nº	%	
Região Norte	3 687 293	35,6	32 395	14,9	0,9
Região Centro	2 348 397	22,7	27 774	12,8	1,2
Região de Lisboa	2 661 850	25,7	119 317	55,0	4,5
Região do Alentejo	776 585	7,5	8 850	4,1	1,1
Região do Algarve	395 218	3,8	22 931	10,6	5,8
R. A. da Madeira	241 763	2,3	2 132	1,0	0,9
R. A. dos Açores	245 011	2,4	3 431	1,6	1,4
Total	10 356 117	100,0	216 830	100,0	2,1

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

FIGURA 1
Estrutura Etária da População Total e Imigrante Residente em Portugal em 2001



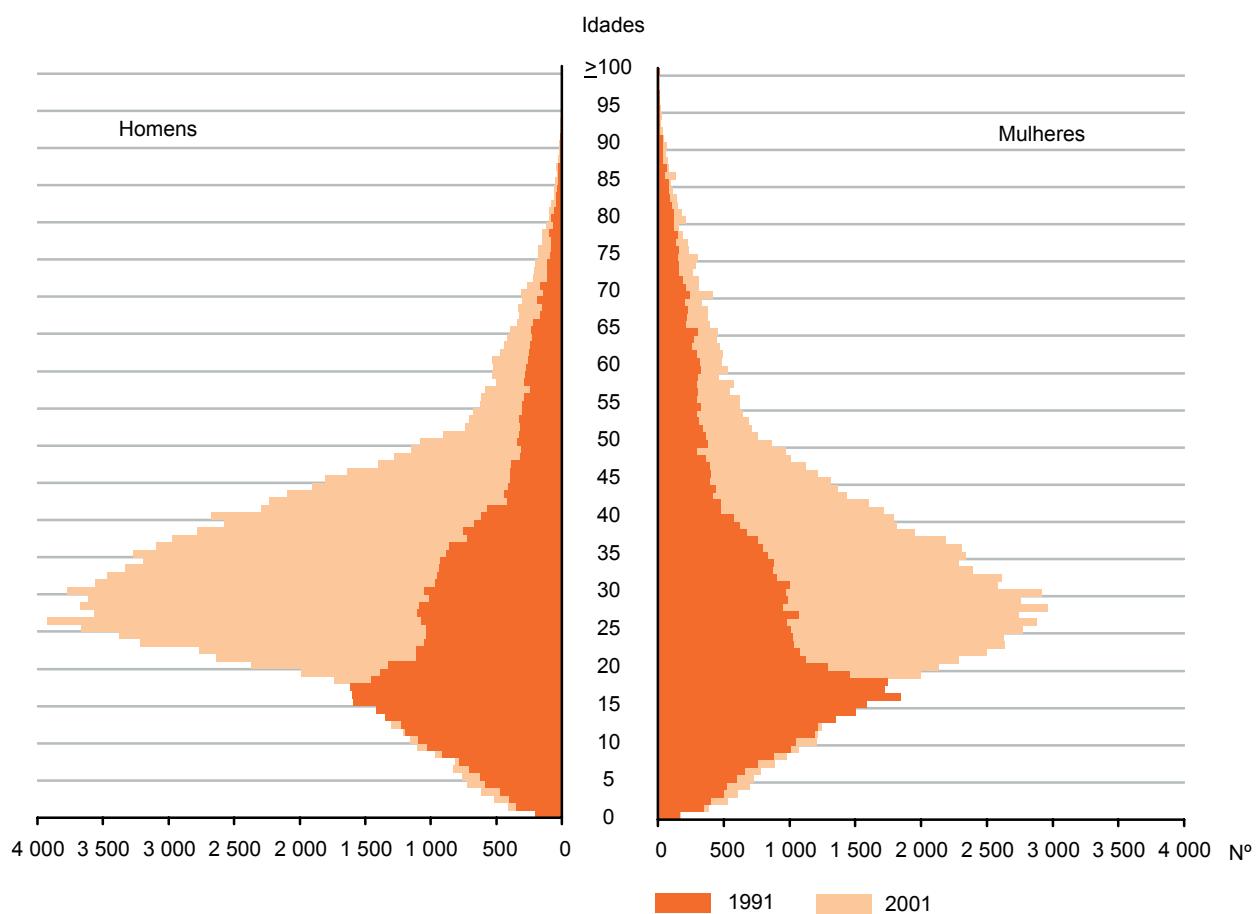
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

A população imigrante é assim mais jovem: enquanto que, em 2001, a idade média da população residente em Portugal era de 39,5 anos, a idade média da população imigrante cifrava-se nos 32,4 anos. No entanto, à semelhança do que tem vindo a acontecer para o total da população, também a população imigrante tem vindo a envelhecer; em 1991, a idade média dos imigrantes era de 28,5 anos. Esta tendência é perfeitamente evidenciada pela Figura 2, onde se vê claramente, entre 1991 e 2001, o deslocamento da pirâmide etária para

cima, traduzindo o envelhecimento da população. Este envelhecimento justifica-se, por um lado, pela mudança de escalão etário dos imigrantes que já em 1991 se encontravam no nosso país e, por outro, pelo facto dos novos imigrantes imigrarem mais tarde. A pirâmide evidencia ainda, de forma muito clara, o que já havia sido referido anteriormente, ou seja, o aumento bastante significativo, face a 1991, do número de imigrantes, sobretudo do sexo masculino.



FIGURA 2
Pirâmides Etárias da População Imigrante Residente em Portugal em 1991 e 2001



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001.

PAÍSES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA DOMINAM O PANORAMA DA IMIGRAÇÃO

As nacionalidades mais representativas entre a população imigrante residente em Portugal são as dos países de expressão portuguesa, com um peso de 58%, como se verifica pela análise do Quadro 4. Já em 1991, as nacionalidades cabo verdiana e brasileira eram bastante importantes. No entanto, em 2001 assistiu-se a uma diversificação das comunidades dos PALOP com a emergência das nacionalidades angolana, guineense e santomense.

A imigração oriunda dos países da União Europeia assume também bastante importância no seu conjunto (21%). Esta imigração está relacionada com os investimentos estrangeiros efectuados em Portugal e com os fluxos gerados pelas contracorrentes dos movimentos emigratórios registados no passado para estes países.

No entanto, a principal alteração face a 1991, foi o aparecimento de um novo tipo de imigração, vinda dos países da Europa de Leste, como a Ucrânia, Moldova, Rússia e Roménia. Estas nacionalidades, que na década passada não tinham qualquer expressão, representam agora cerca de 9% da comunidade imigrante residente em Portugal. De salientar ainda a imigração asiática, oriunda da China e da Índia,

que também viu a sua importância relativa aumentar. A par das nacionalidades que emergiram, algumas outras viram a sua importância relativa diminuir na última década, como é o caso da Venezuela e dos Estados Unidos da América, evidenciando uma atenuação das correntes imigratórias geradas pelos anteriores fluxos de emigração portuguesa transcontinental.

QUADRO 4

População Imigrante Residente em Portugal por Nacionalidades em 1991 e 2001

Nacionalidades	2001		1991	
	Nº	%	Nº	%
Angola	36 185	16,7	9 138	9,0
Brasil	31 304	14,4	13 216	13,0
Cabo Verde	30 623	14,1	15 548	15,2
Guiné-Bissau	15 095	7,0	3 113	3,1
França	14 776	6,8	13 139	12,9
Ucrânia*	10 747	5,0	-	-
São Tomé e Príncipe	8 033	3,7	1 941	1,9
Alemanha	7 986	3,7	5 131	5,0
Espanha	7 881	3,6	5 469	5,4
Reino Unido	7 819	3,6	5 743	5,6
Venezuela	5 116	2,4	7 925	7,8
Moçambique	4 577	2,1	3 110	3,0
EUA	3 048	1,4	4 142	4,1
Moldova*	2 978	1,4	-	-
Rússia*	2 069	1,0	-	-
Roménia	2 640	1,2	15	0,0
Suíça	2 061	1,0	759	0,7
China	2 050	0,9	352	0,3
Índia	1 535	0,7	478	0,5
União Soviética*	-	-	114	0,1
Outros UE	7 800	3,6	4 285	4,2
Outros Países	12 507	5,8	8 355	8,2
Total	216 830	100,0	101 973	100,0

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001.

* A União Soviética desmembrou-se em 1992, dando origem aos seguintes (15) estados independentes: Arménia, Azerbeijão, Belarus, Estónia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguizistão, Letónia, Lituânia, Moldova, Usbequistão, Rússia, Tajiquistão, Turquemenistão e Ucrânia.

Resumidamente, pode assumir-se que, para além do contingente de imigrantes em Portugal estar a aumentar, está também a passar por um processo de diversificação. Esta diversificação é ainda mais visível quando se consideram as nacionalidades predominantes em cada uma das regiões portuguesas – Quadros 5 e 6.

A região de Lisboa caracteriza-se por um predomínio de imigrantes oriundos dos PALOP, nomeadamente angolanos e cabo-verdianos, e do Brasil. Estas comunidades tendem, aliás, a fixar-se fundamentalmente nesta região: 75% dos angolanos, 87% dos cabo-verdianos, 91% dos santomenses e

52% dos brasileiros residem na região de Lisboa. Já no Norte predominam os franceses e os brasileiros e na Região Centro e no Alentejo é também a comunidade brasileira a mais significativa. Nestes casos, este padrão poderá associar-se aos efeitos contra-corrente dos movimentos emigratórios registados no passado. No Algarve são os grupos de europeus oriundos do Reino Unido e da Alemanha que prevalecem (58% dos imigrantes do Reino Unido e 33% dos alemães residem no Algarve). Este tipo de imigração está relacionada com a fixação de imigrantes reformados nesta região, que aliás fazem com que a idade média dos imigrantes aí residentes seja de 39,5 anos (contra uma média nacional de 32,4 anos).

QUADRO 5

População Imigrante Residente em Portugal por Nacionalidades, segundo as Regiões NUTS II em 2001

Nacionalidades	R. Norte		R. Centro		R. Lisboa		R. Alentejo		R. Algarve		R.A. Açores		R.A Madeira	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alemanha	1 550	5,7	1 234	5,3	1 418	1,3	813	11,3	2 619	14,3	177	11,8	175	6,6
Angola	3 747	13,7	3 214	13,7	27 000	24,9	817	11,3	1 203	6,6	106	7,0	98	3,7
Brasil	6 499	23,7	4 788	20,4	16 415	15,2	1 220	16,9	1 817	9,9	254	16,9	311	11,6
Cabo Verde	672	2,5	850	3,6	26 483	24,5	710	9,8	1 672	9,1	190	12,6	46	1,7
Espanha	2 173	7,9	994	4,2	3 549	3,3	631	8,7	463	2,5	21	1,4	50	1,9
EUA	510	1,9	821	3,5	828	0,8	55	0,8	245	1,3	516	34,3	73	2,7
França	6 669	24,3	4 325	18,4	2 199	2,0	513	7,1	892	4,9	52	3,5	126	4,7
Guiné-Bissau	571	2,1	713	3,0	12 857	11,9	160	2,2	724	4,0	11	0,7	59	2,2
Moçambique	788	2,9	664	2,8	2 676	2,5	240	3,3	159	0,9	30	2,0	20	0,7
Moldova	114	0,4	512	2,2	1 280	1,2	293	4,1	756	4,1	11	0,7	12	0,4
Reino Unido	570	2,1	533	2,3	1 446	1,3	305	4,2	4 523	24,7	39	2,6	403	15,1
Roménia	215	0,8	157	0,7	1 440	1,3	254	3,5	556	3,0	1	0,1	17	0,6
S. Tomé e Príncipe	208	0,8	338	1,4	7 328	6,8	55	0,8	97	0,5	5	0,3	2	0,1
Ucrânia	1 284	4,7	2 764	11,8	3 013	2,8	1 113	15,4	2 387	13,1	87	5,8	99	3,7
Venezuela	1 826	6,7	1 584	6,7	320	0,3	34	0,5	168	0,9	5	0,3	1 179	44,2
Outros UE	1 129	4,1	1 326	5,6	2 268	2,1	646	9,0	2 180	11,9	74	4,9	177	6,6
Outros Países	3 870	14,1	2 957	12,6	8 797	8,1	991	13,7	2 470	13,5	553	36,7	584	21,9
Total	27 396	100,0	23 491	100,0	108 252	100,0	7 213	100,0	18 281	100,0	1 505	100,0	2 670	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

QUADRO 6

População Imigrante Residente em Portugal segundo as Nacionalidades, por Regiões NUTS III em 2001

NUTS III	Nacionalidades mais Importantes nas Regiões NUTS III					
	Nacionalidade	%	Nacionalidade	%	Nacionalidade	%
Região Norte	França	24,3	Brasil	23,7	Angola	13,7
Minho-Lima	França	35,6	Espanha	13,7	Brasil	12,7
Cávado	França	23,9	Brasil	20,0	Angola	12,2
Ave	França	34,3	Brasil	15,8	Alemanha	9,8
Grande Porto	Brasil	25,5	Angola	13,8	França	9,3
Tâmega	França	34,3	Brasil	16,0	Angola	9,2
Entre Douro e Vouga	Venezuela	21,6	Brasil	15,8	França	15,1
Douro	França	28,0	Brasil	17,4	Angola	13,9
Alto Trás-os-Montes	França	28,3	Espanha	15,7	Brasil	14,2
Região Centro	Brasil	20,4	França	18,4	Angola	13,7
Baixo Vouga	Venezuela	21,2	Brasil	19,2	França	11,7
Baixo Mondego	Angola	17,1	Brasil	16,2	França	12,5
Pinhal Litoral	França	24,5	Brasil	17,8	Angola	8,8
Pinhal Interior Norte	Holanda	13,8	Brasil	11,7	França	11,4
Dão-Lafões	Brasil	21,4	França	16,1	Angola	14,4
Pinhal Interior Sul	Brasil	15,7	Ucrânia	15,0	França	14,2
Serra da Estrela	Angola	17,1	Brasil	12,4	EUA	11,9
Beira Interior Norte	França	30,4	Brasil	15,1	Angola	13,8
Beira Interior Sul	França	31,1	Angola	13,5	Brasil	10,6
Cova da Beira	França	36,3	Brasil	15,4	Angola	7,9
Oeste	Brasil	19,1	Ucrânia	18,9	Angola	10,8
Médio Tejo	França	19,3	Ucrânia	15,1	Angola	9,5
Região de Lisboa	Angola	24,9	Cabo Verde	24,5	Brasil	15,2
Grande Lisboa	Angola	22,5	Cabo Verde	21,5	Guiné-Bissau	11,7
Península de Setúbal	Cabo Verde	24,7	Angola	23,1	Brasil	17,6
Região do Alentejo	Brasil	16,9	Ucrânia	15,4	Angola	11,3
Lezíria do Tejo	Ucrânia	21,5	Brasil	18,0	Angola	12,7
Alentejo Litoral	Alemanha	25,8	Cabo Verde	21,4	Angola	6,4
Alto Alentejo	Espanha	23,0	Brasil	15,5	Angola	8,9
Alentejo Central	Brasil	16,7	Ucrânia	15,9	Angola	8,6
Baixo Alentejo	Brasil	12,0	Espanha	11,3	Alemanha	9,3
Região do Algarve	Reino Unido	19,7	Alemanha	11,4	Ucrânia	10,4
R.A. dos Açores	EUA	24,2	Canadá	17,0	Brasil	11,9
R.A. da Madeira	Venezuela	34,4	Reino Unido	11,7	Brasil	9,1

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

Nos Açores existe uma forte presença da comunidade dos Estados Unidos da América, justificada por um lado, pela existência da base das Lages, e por outro, pela proximidade geográfica e por efeitos de contra-corrente, factores que também contribuem para o elevado peso da nacionalidade canadiana neste arquipélago (incluída na categoria “Outros Países”) e da venezuelana na ilha da Madeira. Uma referência ainda para as nacionalidades alemã e ucraniana por serem as que se encontram mais dispersas em termos geográficos.

Considerando as regiões NUTS III (Quadro 6), destacam-se, pela diferença face ao que foi já referido para as NUTS II, o Entre Douro e Vouga e o Baixo Vouga, com uma forte presença de venezuelanos (cerca de 22% dos imigrantes aí residentes), e o

Pinhal Interior Norte com, aproximadamente, 14% da sua população imigrante de nacionalidade holandesa.

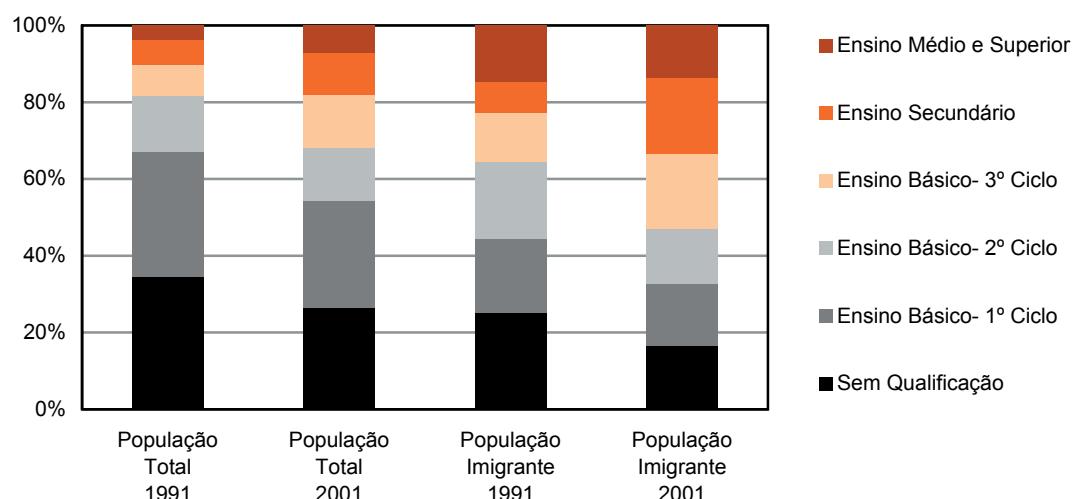
Antes ainda de nos debruçarmos sobre o mercado de trabalho, vamos analisar as qualificações académicas (nível de ensino completo mais elevado que um indivíduo possui) dos imigrantes e das diferentes comunidades em que se inserem.

IMIGRANTES COM MAIS QUALIFICAÇÕES

Pela análise da Figura 3, constata-se, por um lado, uma melhoria das qualificações académicas na última década e, por outro, que a população imigrante possui uma escolarização mais elevada que a população total, o que de certo modo vai contra o que se poderia julgar.

FIGURA 3

População Total e Imigrante Residente em Portugal segundo o Grau de Habilitação Académica em 1991 e 2001



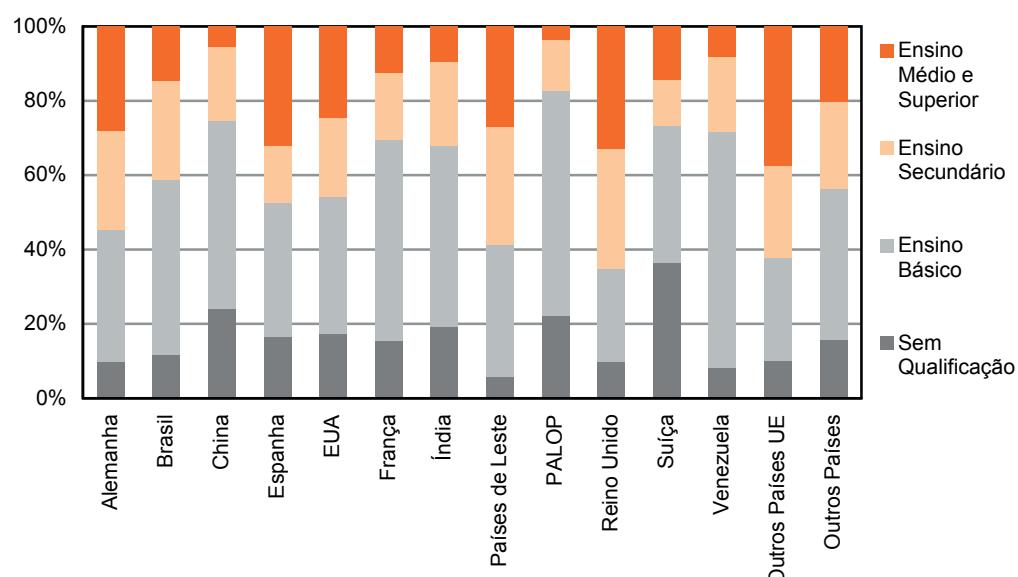
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001.

Já em 1991, a proporção de imigrantes sem qualquer habilitação (25%) era inferior ao valor registado para a população total em 2001 (26%). Este valor relativo aos imigrantes residentes conheceu ainda, na última década, um decréscimo bastante significativo, cifrando-se actualmente nos 17%. Em termos das habilitações mais elevadas (ensino superior e secundário) e da escolaridade mínima obrigatória (3º ciclo do ensino básico), também se verifica um melhor perfil de instrução relativamente à população imigrante.

Analizando as diversas nacionalidades é possível identificar diferentes perfis educacionais. Os imigrantes dos países europeus, entre os quais a Espanha, o Reino Unido, os Países de Leste² e a Alemanha, e dos Estados Unidos são os que apresentam, em termos relativos, os maiores contingentes de indivíduos com ensino médio e superior completo e os menores sem qualquer qualificação. No entanto, como veremos de seguida, apesar de possuírem qualificações elevadas, a inserção em termos profissionais no mercado de trabalho opera-se de forma completamente diferente consoante se tratem de indivíduos oriundos dos Países de Leste ou dos restantes países mencionados.

FIGURA 4

População Imigrante Residente em Portugal segundo a Nacionalidade e o Grau de Habilidade Académica em 2001



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001.

² Nos Países de Leste foram considerados a Moldova, a Roménia, a Rússia e a Ucrânia.

Já os imigrantes provenientes dos PALOP caracterizam-se pelo predomínio do ensino básico (60%) e pela inexistência de qualquer tipo de qualificação (22%). Igualmente com um perfil de escolarização muito baixo surgem os imigrantes da Suiça, China, França, Índia e Venezuela. No caso da França e da Suiça, o baixo nível de qualificações poderá prender-se com o facto destas comunidades de imigrantes estarem associadas sobretudo aos efeitos de contra-corrente e não ao investimento estrangeiro em Portugal, como acontece nos restantes casos dos países europeus.

3. A IMIGRAÇÃO, SUA INCIDÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Como teremos oportunidade de constatar, grande parte dos imigrantes residentes em Portugal serão principalmente motivados pelos factores económicos na sua decisão de imigrar, designadamente os indivíduos provenientes dos PALOP e dos Países de Leste. A maioria dos especialistas em migrações evoca mesmo estes factores como o motor dos fluxos migratórios. É o que acontece no caso do modelo de “atração-repulsão” e na teoria neoclássica da mobilidade, entre outras, que podem ser utilizadas para fundamentar este tipo de imigração com destino a Portugal.

Segundo o modelo de “atração-repulsão”, as migrações têm por base a combinação de um conjunto de factores repulsivos associados ao país de origem e atractivos relativos ao país de destino, que em conjunto determinam a amplitude e a direcção dos fluxos. De acordo com Malheiros (1996: 34), “neste modelo, os factores económicos e particularmente o emprego assumem um papel fundamental, quer como forças repulsivas em relação ao local de partida (crise económica associada à desvalorização dos

recursos endógenos, situação de desemprego), quer como forças de atracção, no que concerne à área de chegada (existência de maiores oportunidades de emprego e de salários mais elevados)”. Para além destes, são ainda salientados outros factores, quer repulsivos, como as situações de discriminação e opressão, problemas políticos e sociais, quer atractivos - existência de melhores oportunidades de educação, melhor qualidade de vida, entre outros. Este modelo apresenta, no entanto algumas limitações: não tem capacidade para explicar porque é que certas regiões atraem imigrantes e outras, com características semelhantes, não, nem porque é que indivíduos de uma mesma região migram e outros não o fazem. Por outro lado, também não justifica fluxos de entrada para áreas consideradas globalmente como repulsivas ou o inverso.

Por sua vez, a teoria neoclássica da mobilidade considera que as diferenças salariais existentes entre os países incitam os trabalhadores dos países com salários mais baixos e com mão-de-obra excedentária a imigrarem para os países com salários mais elevados e caracterizados por uma carência de factor trabalho. Este fluxo terminará quando os salários de ambos os países se igualarem. No país de destino, devido à entrada da mão-de-obra, os salários tenderão a descer, enquanto que no país de partida, devido à saída da força de trabalho, os salários tenderão a subir. Esta teoria tem sido alvo de diversas críticas já que assenta em pressupostos sem grande aderência à realidade, nomeadamente a total flexibilidade dos salários (que na realidade apresentam uma grande rigidez à descida), a perfeita mobilidade dos factores (na verdade existem barreiras de diversos tipos) e a inexistência de um mercado de trabalho segmentado, onde todos os trabalhadores têm as mesmas oportunidades (que como veremos adiante também não se verifica), entre outros.

Muitas outras teorias sobre o processo migratório poderiam ser apresentadas. No entanto, nenhuma delas consegue apreender este fenómeno na sua globalidade e complexidade. Todas elas fornecem, porém, importantes contributos para o seu entendimento.

EXISTEM TRÊS IMIGRANTES ACTIVOS POR CADA IMIGRANTE INACTIVO

Em 2001, do total da população imigrante mais de 139 mil eram activos (conforme o Quadro 7), o que corresponde a uma taxa de actividade (relação entre a população activa e a população total com 15 ou mais anos) de aproximadamente 73%, contrastando com os 57% observados para o total da população portuguesa. A força de trabalho imigrante representa assim cerca de 3% do total de mão de obra em Portugal. Por outro lado, a população imigrante regista uma taxa de desemprego (8,5%) superior à da população total (6,8%).

Face a 1991, assistiu-se a um aumento bastante significativo do peso da população activa imigrante e consequente diminuição do peso dos inactivos. A partir do Quadro 8, que apresenta os índices de actividade (quociente entre os imigrantes activos e os não activos) por nacionalidades é possível confirmar isso mesmo. Enquanto que, em 1991, existia pouco mais de um activo por cada inactivo, em 2001, existiam cerca de três activos por cada imigrante inactivo, o dobro do verificado no caso do total da população portuguesa. Também a partir deste quadro, é possível confirmar que a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho português se acentuou na última década (cf. Baganha, Ferrão e Malheiros, 1998). De facto, este índice aumenta significativamente em todas as nacionalidades apresentadas, situando-se na maioria dos casos acima da unidade, indicando que o número de activos supera o dos inactivos.

QUADRO 7
População Imigrante segundo a Condição perante a
Actividade Económica em 1991 e 2001

	2001		1991	
	Nº	%	Nº	%
População Activa	139 625	73,3	42 667	55,0
Empregados	127 830	67,1	38 859	50,1
Desempregados	11 795	6,2	3 808	4,9
População Inactiva	50 855	26,7	34 922	45,0
Estudantes	15 718	8,3	12 745	16,4
Domésticos	10 420	5,5	9 501	12,3
Reformados	11 865	6,2	6 694	8,6
Outros	12 852	6,7	5 982	7,7
População Total com 15 ou mais anos	190 480	100,0	77 589	100,0

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001.

QUADRO 8

Índice de Actividade em 1991 e 2001, Índice de Actividade das Mulheres e
Indicador de Situação na Profissão em 2001 por Nacionalidades

Nacionalidades	Índice de Actividade 1991	Índice de Actividade 2001	Índice de Actividade das Mulheres 2001	Indicador da Situação na Profissão ³ 2001 (TCP e Patrão / TCO)
Alemanha	0,82	1,13	0,81	0,45
Angola	1,55	2,74	1,90	0,11
Brasil	1,43	4,43	2,50	0,22
Cabo Verde	2,43	3,05	2,31	0,11
China	2,13	5,71	3,26	0,74
Espanha	0,76	1,53	1,05	0,19
Estados Unidos da América	0,53	0,95	0,66	0,25
França	0,81	1,97	1,46	0,19
Guiné-Bissau	2,42	3,70	1,98	0,10
Índia	0,75	2,97	0,57	0,17
Moçambique	1,41	2,29	1,63	0,18
Moldova	-	34,41	11,10	0,03
Reino Unido	0,60	0,79	0,60	0,59
Roménia	0,83	17,46	5,25	0,07
Rússia	-	8,99	3,83	0,07
São Tomé e Príncipe	1,91	2,77	2,38	0,10
Suiça	0,66	0,57	0,39	0,59
Ucrânia	-	38,49	12,01	0,02
União Soviética	0,98	-	-	-
Venezuela	1,05	1,94	1,13	0,26
Outros UE	1,05	1,19	0,82	0,54
Outros Países	1,02	2,64	1,23	0,22
População Imigrante Total com 15 ou mais Anos	1,22	2,75	1,70	0,16
População Residente Total com 15 ou mais Anos	1,24	1,35	0,98	0,20

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001.

No que respeita à população imigrante feminina, verifica-se que o índice de actividade apresenta valores inferiores aos do índice da população imigrante total, traduzindo uma menor inserção laboral das mulheres, que muitas vezes imigram

não para trabalharem no país de destino, mas para acompanharem a sua família. Aliás, em todas as nacionalidades se nota esta tendência. De referir ainda que as mulheres imigrantes apresentam um índice de actividade mais elevado quando comparadas com a totalidade das mulheres residentes em Portugal.

³ O Indicador da Situação na Profissão traduz-se pelo quociente entre a soma dos imigrantes trabalhadores por conta própria (TCP) com os patrões e os imigrantes empregados por conta de outrem (TCO).

Destacam-se com os maiores valores do índice de actividade as comunidades oriundas dos países da Europa de Leste (Ucrânia, Moldova, Roménia e Rússia), cuja imigração mais recente se deve sobretudo a motivos económicos, vindo na sua maioria à procura de emprego. De facto, do total dos imigrantes com 15 ou mais anos oriundos dos países da Europa de Leste 96% são activos. Com índices de actividade mais baixos, mas ainda com uma forte implantação no mercado de trabalho português, encontram-se os naturais dos PALOP, Brasil, China e Índia. No caso dos imigrantes dos PALOP, para além de virem trabalhar, incluem também uma parcela importante de estudantes e domésticos. Os restantes três países apresentam um crescimento significativo do índice traduzindo um alargamento das suas áreas de inserção laboral.

Já a imigração dos indivíduos de países da União Europeia reparte-se entre profissionais qualificados (de um total de 49% de activos) e indivíduos inactivos onde se inclui uma grande parte na idade de reforma. Os reformados chegam a atingir 15% do total destes imigrantes (e quase um terço no caso dos provenientes do Reino Unido). Observa-se assim no quadro que os Europeus e Norte-Americanos registam os valores mais reduzidos do índice de

actividade indicando que nestes casos assumem maior importância as questões familiares do que as de emprego. No caso dos cidadãos provenientes dos Estados Unidos, Suíça e Reino Unido, o número de inactivos (sobretudo reformados) supera mesmo o dos activos.

IMIGRANTES TRABALHAM SOBRETUDO POR CONTA DE OUTREM E EM PROFISSÕES POUCO QUALIFICADAS

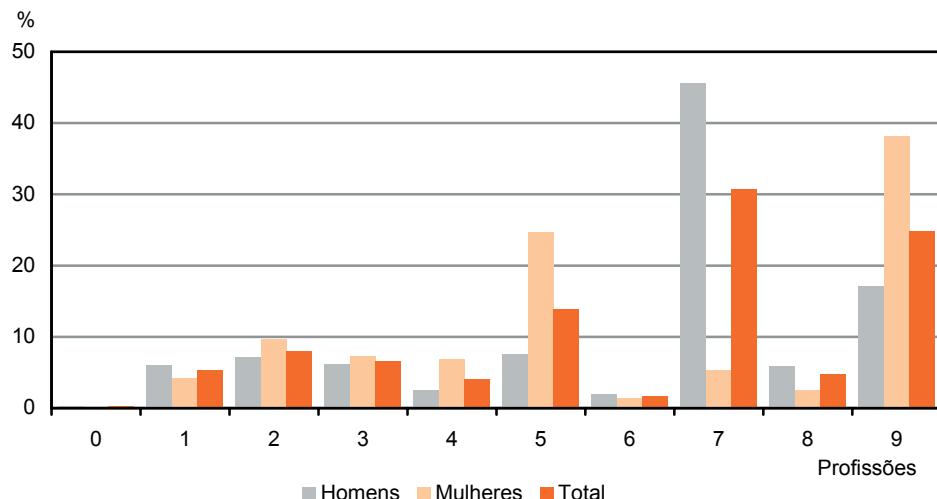
Relativamente ao perfil profissional dos imigrantes tendo em conta a profissão (Figura 5) e a situação na profissão (indicador de situação na profissão – Quadro 8) também se constatam diferenças consoante as nacionalidades. Apesar de se tratar de uma realidade bastante heterogénea é no entanto possível definir alguns padrões profissionais semelhantes.

A maioria dos imigrantes insere-se nas áreas mais desfavorecidas do mercado de trabalho português. De facto, através da figura observa-se que mais de metade dos imigrantes empregados ou são operários ou são trabalhadores não qualificados, desempenhando actividades dos grupos 7 e 9.

A repartição por sexos permite, por outro lado,

FIGURA 5

Imigrantes Empregados segundo a Profissão e Sexo, em 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

Legenda das Profissões - Classificação Nacional de Profissões 1994:

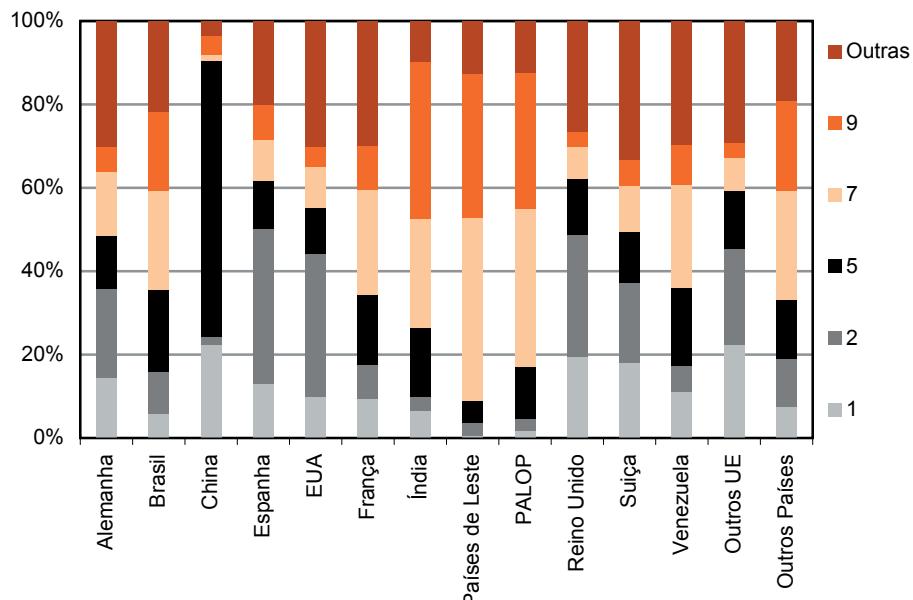
- 0 Forças Armadas
- 1 Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas
- 2 Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas
- 3 Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio
- 4 Pessoal Administrativo e Similares
- 5 Pessoal dos Serviços e Vendedores
- 6 Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas
- 7 Operários, Artífices e Trabalhadores Similares
- 8 Operadores de Instalações e Máquina e Trabalhadores da Montagem
- 9 Trabalhadores Não Qualificados

observar diferentes perfis profissionais entre homens e mulheres. Enquanto que o trabalho masculino se concentra predominantemente no grupo dos “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares”, mais precisamente nos trabalhos ligados à construção civil, os imigrantes do sexo feminino dedicam-se sobretudo a trabalhos não qualificados de serviços e comércio (onde predominam os serviços de limpeza) e a actividades de serviços de protecção e segurança (que incluem os serviços domésticos e de restauração).

Analizando por nacionalidades (Figura 6), uma primeira

constatação refere-se aos indivíduos provenientes dos países da União Europeia e dos Estados Unidos da América que, sendo os profissionais mais qualificados, se apresentam também como os mais diversificados, estando a maioria empregados como quadros superiores e dirigentes de empresas ou profissionais intelectuais, científicos e técnicos. São concerteza os indivíduos destas nacionalidades que ocupam as posições mais elevadas na hierarquia das empresas, assegurando a gestão do investimento estrangeiro em Portugal (sobretudo no caso das multinacionais instaladas no país). Os imigrantes africanos (dos PALOP), por seu

FIGURA 6
Imigrantes Empregados segundo a Profissão e Nacionalidades, em 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

Notas: (1) A categoria "Outras" inclui as profissões dos grupos 0, 3, 4, 6 e 8.

(2) Ver legenda dos grupos de profissões na figura anterior (Figura 5)

lado, encontram-se numa situação mais precária exercendo geralmente actividades assalariadas pouco qualificadas incluídas nas profissões dos grupos 7 e 9 (operários e trabalhadores não qualificados). Trata-se da conhecida concentração de imigrantes destas nacionalidades na construção civil com relevância para os provenientes de Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau. O mesmo acontece aos cidadãos da Europa de Leste cuja mão de obra tem vindo a juntar-se ao longo da última década à mão de obra africana, apesar de serem indivíduos com níveis de habilitações bem mais elevados, como se viu anteriormente. Muitos destes imigrantes de Leste apresentam assim inserções profissionais de sub-emprego. Assinala-se a este respeito que 75%

destes imigrantes licenciados exercem actividades incluídas nas profissões 7 a 9 (operários, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores não qualificados). No entanto, estes imigrantes, pelo nível de instrução elevado que possuem, constituem um forte potencial que pode ser utilizado como factor favorável ao desenvolvimento regional, ao aumento da produtividade e da competitividade da economia portuguesa. De referir ainda que em todos estes grupos de nacionalidades o indicador da situação na profissão apresenta os valores mais baixos, significando a maior representatividade dos trabalhadores por conta de outrem.

No caso dos sul-americanos, em particular os

brasileiros e os venezuelanos, são os profissionais inseridos nos grupos “Pessoal dos Serviços e Vendedores” e “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” que representam um peso maior. O perfil profissional dos chineses distingue-se de todos os outros apresentando-se mais especializado: as actividades de serviços e vendedores abrangem mais de dois terços dos empregados chineses. Este facto revela a propensão deste grupo para as actividades empresariais, nomeadamente no ramo da restauração e comércio, o que justifica o elevado valor do indicador relativo à situação profissional. Já o mesmo não se verifica relativamente à comunidade india cuja integração laboral, mais diversificada, se aproxima mais da dos imigrantes brasileiros.

MERCADO DE TRABALHO DA IMIGRAÇÃO SEGMENTADO

Pelo exposto podemos concluir que a inserção laboral da população estrangeira, de acordo com as características dos diversos grupos de nacionalidades, apresenta diferentes modalidades de integração, podendo ser identificados modelos distintos de mercados de trabalho da imigração. A teoria do mercado de trabalho segmentado, que tem sido utilizada no âmbito do estudo das migrações (cf. Peixoto, 2002), defende que o mercado de trabalho possui uma estrutura “dual” (dupla), encontrando-se dividido em dois sectores. Por um lado, encontra-se o mercado primário, caracterizado por empregos com boas condições de trabalho, possibilidades de promoção, salários mais elevados, acesso a formação profissional, protecção social e estabilidade no emprego. Este mercado tende a ser encontrado em áreas de negócio que são intensivas em capital

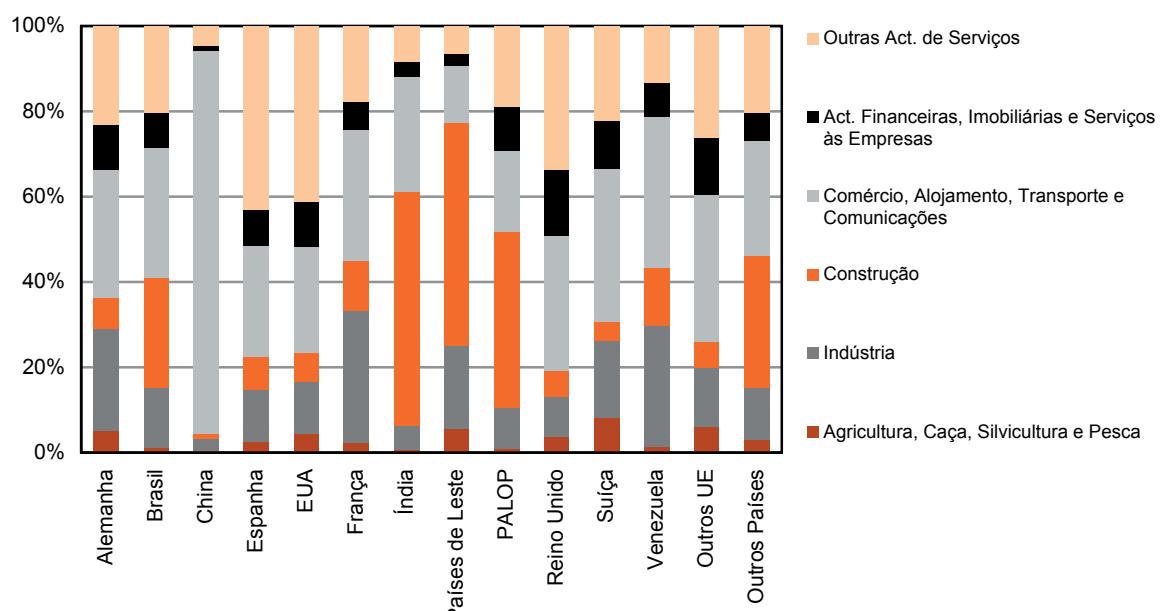
e em que se exige trabalho mais qualificado. Por outro lado, encontra-se o mercado secundário que, pelo contrário, inclui empregos de baixo valor social, não qualificados, com baixos salários, poucas oportunidades de carreira, com instabilidade e, por vezes, sem segurança social. Este respeita a áreas da economia informal e é, normalmente, dominado pelo sexo feminino e pelas minorias.

Esta teoria pode ser relacionada com o mercado de trabalho da imigração em Portugal. Assim, os imigrantes europeus e norte-americanos incluir-se-iam no mercado de trabalho primário, enquanto que os indivíduos dos PALOP e da Europa de Leste estariam inseridos no mercado de trabalho secundário. Os cidadãos brasileiros, por seu lado, apesar de se encontrarem maioritariamente no mercado de trabalho primário estão mais isolados, pois não têm o apoio das organizações que a generalidade dos cidadãos da União Europeia possuem. O emprego feminino, na sua maioria, também se insere no mercado secundário, pois como vimos as mulheres imigrantes dedicam-se sobretudo a trabalhos pouco ou não qualificados.

UM TERÇO DOS IMIGRANTES ENCONTRAM-SE EMPREGADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

A distribuição da população imigrante empregada segundo a classificação das actividades económicas (CAE) a 6 ramos (Figura 7), vem confirmar o que já foi observado relativamente às profissões por nacionalidades.

FIGURA 7
Imigrantes Empregados por Nacionalidades, segundo a CAE a 6 Ramos, em 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

De facto, verifica-se o predomínio da construção no emprego dos imigrantes oriundos dos PALOP e dos Países de Leste. É também visível a concentração dos cidadãos chineses no ramo que inclui o comércio e a restauração. No que toca aos europeus e norte-americanos confirma-se que, de acordo com as suas qualificações profissionais, são os que registam maior peso nos ramos do comércio e serviços com destaque para os serviços não mercantis, onde se inserem as actividades relacionadas com a saúde e educação.

De acordo com o Quadro 9, os ramos da construção e da indústria (sobretudo transformadora) são os ramos que mais absorvem o emprego imigrante. As actividades ligadas ao comércio e aos serviços de alojamento e restauração são também grandes empregadoras de imigrantes.

QUADRO 9

Imigrantes Empregados por Região NUTS II segundo a CAE em 2001

NUTS II	Agric. Silv. e Pesca	Indústria	Construção	Comércio	Aloj. e Rest.	Transp. Comunic. e Act. Financ.	Act. Imob. e serv. prest. às emp.	Outras Act. de Serviços	Total
	Nº								
R. Norte	318	4 896	2 751	3 006	1 573	532	975	3 771	17 822
R. Centro	529	4 341	3 537	2 335	1 225	464	620	2 800	15 851
R. Lisboa	575	6 736	27 957	6 882	6 661	2 328	7 469	14 368	72 976
R. Alentejo	727	852	2 029	510	405	97	187	754	5 561
R. Algarve	508	718	4 972	1 225	2 542	513	814	1 635	12 927
R.A. Açores	96	66	370	141	85	33	49	247	1 087
R.A. Madeira	28	113	405	241	268	122	84	345	1 606
Total	2 781	17 722	42 021	14 340	12 759	4 089	10 198	23 920	127 830

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

A análise da distribuição sectorial pelos mercados de emprego faz ressaltar algumas especificidades regionais. Destaca-se assim o elevado peso do emprego na agricultura na região do Alentejo enquanto que a indústria transformadora predomina nas regiões do Norte e Centro. Verifica-se que no Algarve, após a construção, o ramo “alojamento e restauração” é o que atrai mais emprego imigrante, sendo nesta região que este ramo assume maior importância, o que também acontece para o total de emprego do país. A região de Lisboa, que se caracteriza por um mercado de trabalho mais urbanizado e terciarizado, é a que atrai o maior número de estrangeiros empregados (cerca de 57%). No entanto, é a construção que continua a dominar este mercado regional de emprego imigrante. Tal prende-se com o facto de ser nesta região que se concentram os trabalhadores oriundos dos PALOP

e do Brasil. Só depois se encontram as actividades ligadas ao comércio e serviços, com destaque para as actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas.

**ESPECIALIZAÇÃO SECTORIAL DAS REGIÕES
VERSUS ESPECIALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES**

Uma vez analisados os ramos de actividade que empregam mais imigrantes, será interessante saber se existe ou não uma relação entre estas actividades e a especialização sectorial da região que os acolhe. Ou seja, independentemente da especialização sectorial da região de destino, a generalidade da população imigrante acaba por se inserir em ramos de actividade específicos? Ou, pelo contrário, os imigrantes trabalham nas actividades que predominam nas regiões que os acolhem?

QUADRO 10

**Peso da Secção da CAE Dominante em cada Região NUTS II em termos da População Empregada Total
e da População Empregada Imigrante**

NUTS II	Especialização da População Total		Especialização da População Imigrante	
	Secção da CAE Dominante (%)		Secção da CAE Dominante (%)	
Região Norte	31,8	Indústria Transformadora	26,2	Indústria Transformadora
Região Centro	23,9	Indústria Transformadora	26,0	Indústria Transformadora
Região de Lisboa	17,3	Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	38,3	Construção
Região do Alentejo	16,0	Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	36,5	Construção
Região do Algarve	18,9	Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	38,5	Construção
R.A. dos Açores	16,2	Construção	34,0	Construção
R.A. da Madeira	16,9	Construção	25,2	Construção

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

O Quadro 10 traduz a especialização sectorial das regiões NUTS II, apresentando, para cada região, por um lado, o ramo de actividade dominante em termos do emprego total e o seu peso e, por outro lado, o ramo de actividade dominante em termos do emprego imigrante e o respectivo peso. Pela sua análise, verifica-se que existe uma especialização da população imigrante, que se encontra predominantemente empregada na indústria transformadora e na construção. Apenas nos casos das regiões onde estes ramos representam a especialização sectorial do emprego total, é que existe coincidência com a especialização da população imigrante. Nos restantes casos, independentemente da especialização da população total é a construção que constitui o ramo de especialização para o emprego imigrante.

Estas conclusões podem ser reforçadas através da análise dos índices de especialização de Krugman⁴ e de Herfindahl⁵, apresentados no Quadro 11. A partir do índice de Krugman verificamos que a estrutura sectorial do emprego da população total e da população imigrante é mais semelhante no Norte, Centro e nas Regiões Autónomas. Aliás, pelo Quadro 10 é possível constatar que o ramo de actividade dominante é o mesmo quer em termos do emprego total quer do emprego imigrante. As maiores diferenças ocorrem nas regiões de Lisboa, do Algarve e do Alentejo, precisamente aquelas onde a especialização sectorial não é coincidente.

⁴ O índice de especialização de Krugman é calculado do seguinte modo: $K_{iT} = \sum_i |S_{iT}^S - S_{it}^S|$

onde, $S_{iT}^S = \frac{\text{Emprego no sector } i \text{ na região } S \text{ relativo à população total}}{\text{Emprego na região } S \text{ relativo à população total}}$ e $S_{it}^S = \frac{\text{Emprego no sector } i \text{ na região } S \text{ relativo à população imigrante}}{\text{Emprego na região } S \text{ relativo à população imigrante}}$

Este índice compara a estrutura sectorial do emprego da população total e da população imigrante para uma determinada região, assumindo valores entre 0 e 2. Quando o índice é zero, estamos perante estruturas sectoriais iguais; quando assume o valor 2 estas estruturas nada têm em comum.

⁵ O índice de especialização de Herfindahl é calculado através da seguinte expressão: $H_j^S = \sum_i (S_{ij}^S)^2$

onde, $S_{ij}^S = \frac{\text{Emprego sector } i \text{ na região } S}{\text{Emprego na região } S}$

Este índice é uma medida absoluta da especialização sectorial duma determinada região, variando entre 0 e 1. Quanto maior o índice maior o grau de especialização da região.

QUADRO 11
Índices de Especialização Regional, em 2001

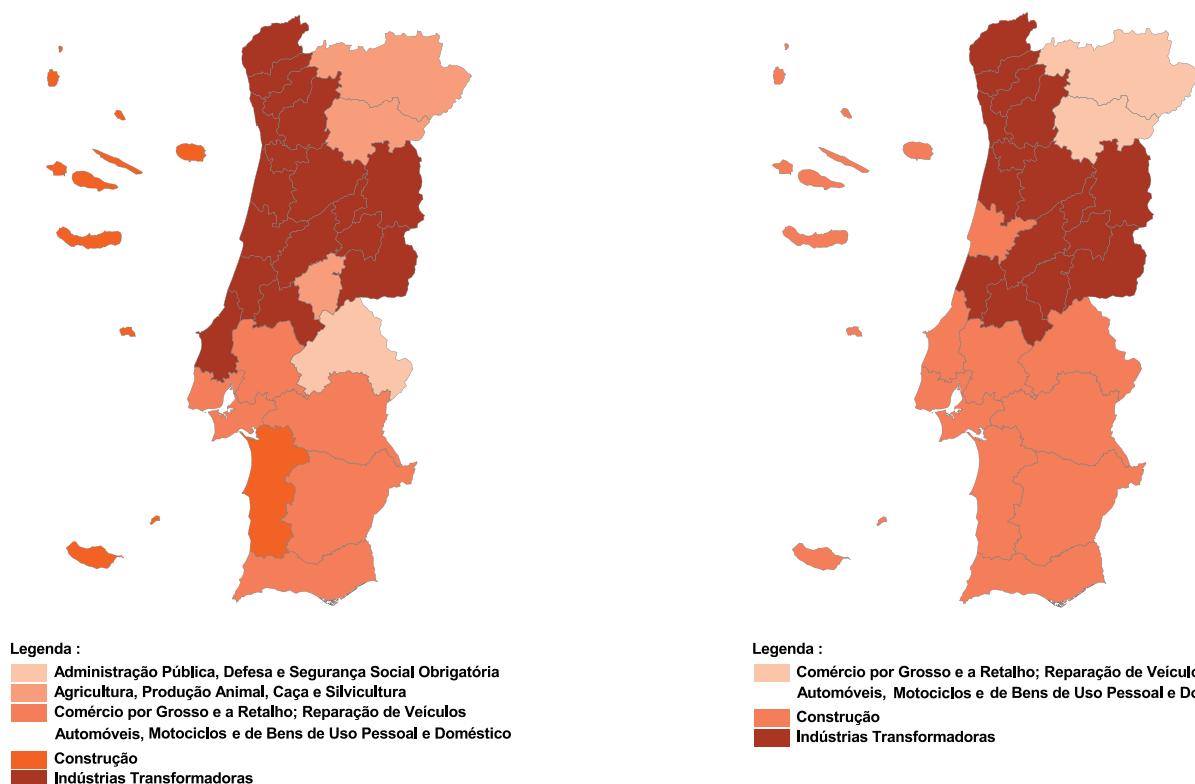
NUTS II	Índice de Krugman	Índice de Herfindahl	
		População Total	População Imigrante
Região Norte	0,3	0,16	0,14
Região Centro	0,3	0,13	0,16
Região de Lisboa	0,7	0,10	0,19
Região do Alentejo	0,6	0,10	0,19
Região do Algarve	0,6	0,11	0,21
R.A. dos Açores	0,5	0,10	0,16
R.A. da Madeira	0,4	0,10	0,14

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

Através do índice de Herfindahl confirma-se uma especialização do emprego imigrante relativamente mais forte que a da população total, traduzida pela superioridade numérica do seu índice. Apenas na região Norte este facto não sucede pois a indústria transformadora absorve, em termos relativos e face ao total da população, menos imigrantes.

Se considerarmos as regiões NUTS III, verificamos que as conclusões não se alteram substancialmente. De facto, o que parece transparecer é que independentemente da especialização da região, os imigrantes inserem-se sempre nos ramos da indústria transformadora, construção e comércio.

FIGURA 8
Especialização das NUTS III em termos da População Empregada Total (figura da esquerda) e da População Empregada Imigrante (figura da direita) por Secções da CAE



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

Quando a especialização da região coincide com um destes ramos, então os imigrantes encontram-se inseridos nas actividades que predominam nestas regiões e, nestas circunstâncias, o índice de Krugman apresenta valores próximos de zero. Caso contrário, direcionam-se para os ramos referidos. A única excepção é o caso do Baixo Mondego e do Oeste, regiões onde predomina o sector da indústria transformadora, mas, apesar disso, os imigrantes concentram-se na construção civil. Nestes casos, o índice de Krugman apresenta valores mais elevados (próximos da unidade), traduzindo estruturas sectoriais do emprego mais diferenciadas entre si. Tal como se constatou para as regiões NUTS II, também no que se refere à generalidade das NUTS III, o índice de Herfindahl assume valores mais elevados para a população imigrante, reflectindo um maior grau de especialização sectorial. Deste modo, parece não existir uma relação entre a especialização da região em termos do emprego total e do emprego imigrante, inserindo-se os imigrantes em ramos de actividade específicos.

IMIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Finalmente e no sentido de tentar ir um pouco mais além na análise das relações que se podem estabelecer entre o funcionamento dos mercados de trabalho, a sua dinâmica regional e os destinos da imigração, procedemos ao cálculo dos coeficientes de correlação⁶ (Quadro 12) entre a distribuição regional, por NUTS III, dos imigrantes residentes, em Portugal, em 2001, e um conjunto de variáveis também desagregadas por regiões NUTS III (cf. Malheiros, 2002b). Estas variáveis traduzem, por

um lado, algumas dimensões do desenvolvimento das regiões portuguesas, e por outro, aspectos do mercado de trabalho.

Atendendo a que existem correlações fortes e positivas entre a distribuição da população imigrante e as variáveis densidade populacional, população residente em lugares com 5.000 ou mais habitantes e população residente em cidades, podemos verificar que os imigrantes se tendem a fixar nas áreas mais populosas e urbanizadas, com uma estrutura de ocupação mais concentrada. Do mesmo modo, também se tendem a concentrar nas zonas com maiores níveis de desenvolvimento económico e bem estar, medidos através de vários indicadores como o Produto Interno Bruto regional *per capita*, o Indicador *per capita* (que nos dá uma aproximação do poder de compra das regiões) e do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (que permite medir, de forma indirecta, os níveis de rendimento e dos salários).

Apesar de elevada, a correlação entre a distribuição regional dos imigrantes e os níveis do Índice de Desenvolvimento Humano é menos forte que as anteriores (relacionadas com as variáveis económicas). Este índice considera, para além do rendimento, a educação, o conforto e a longevidade como dimensões básicas do desenvolvimento humano, uma vez que de acordo com esta perspectiva o desenvolvimento duma região vai muito além da sua prosperidade económica.

⁶ O coeficiente de correlação representa a relação entre duas ou mais variáveis. Se for positivo, existe uma relação directa entre as variáveis, enquanto que se for negativo essa relação é inversa. Esta medida assume valores, em módulo, entre zero e um, sendo que quando assume o valor zero diz-se que a correlação é nula (ausência de correlação) e quando assume o valor 1 é perfeita. À medida que nos afastamos de zero e nos aproximamos de um, os níveis de correlação vão aumentando (correlação fraca, média, forte e muito forte).

QUADRO 12

Coeficientes de Correlação entre a Distribuição Regional, por NUTS III, da População Imigrante Residente em 2001 e a Distribuição Regional, por NUTS III, de cada uma das variáveis consideradas

	Coeficiente de correlação
Densidade Populacional, 2001 ¹	0,70
População Residente em Lugares com 5.000 ou mais Habitantes, 2001 ²	0,89
População Residente nas Cidades, 2001 ²	0,86
PIB <i>per capita</i> , 1999 ³	0,74
Indicador <i>per capita</i> , 2002 ⁴	0,81
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, 1999 ⁵	0,95
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 1999 ⁶	0,62
Taxa de Analfabetismo, 2001 ²	-0,45
Taxa de Desemprego, 2001 ²	0,08
Produtividade, 1999 ³	0,64
População Residente Empregada por Conta de Outrem, 2001 ²	0,83
População Residente Empregada nos Grupos Profissionais 7, 8 e 9 da Classificação Nacional de Profissões, 2001 ²	0,75
População Residente Empregada nos Grupos Profissionais 7 e 9 da Classificação Nacional de Profissões, 2001 ²	0,78
População Residente Empregada no Sector Primário, 2001 ²	0,05
População Residente Empregada no Sector Secundário – Total, 2001 ²	0,61

Fontes:

¹ INE, Recenseamento Geral da População 2001 e INE, BGRI - Base de Referenciação de Informação – versão definitiva à data de referência dos Censos 2001 (12/03/2001).

² INE, Recenseamento Geral da População 2001.

³ INE, Contas Regionais 1999.

⁴ INE, Estudo do Poder de Compra Concelhio 2002.

⁵ Direcção Geral dos Impostos. (<http://www.dgci.min-financas.pt>)

⁶ Ministério do Planeamento (2002), “População e desenvolvimento humano.

Uma perspectiva de quantificação 1970-1999.”, Lisboa

A taxa de desemprego não apresenta qualquer correlação com a imigração, o que nos permite inferir que não existirá nenhuma relação directa entre estas duas variáveis. Assim, e ao contrário do que geralmente se crê, não é por existirem mais imigrantes numa determinada região que os níveis de desemprego dessa região serão mais elevados.

De salientar ainda as correlações positivas bastante fortes registadas entre a imigração e alguns aspectos, já salientados anteriormente, que caracterizam estas

comunidades em termos profissionais, evidenciando assim a existência dumha relação directa entre eles e a população imigrante. Refira-se o trabalho por conta de outrem, as profissões menos qualificadas, o emprego no ramo da construção e ainda no sector terciário. Relembre-se que cerca de 53% dos imigrantes trabalham por conta de outrem, 60% ocupam-se de profissões pouco ou não qualificadas (grupos 7, 8 e 9 da Classificação Nacional de Profissões), 33% trabalham no ramo da Construção Civil e 51% estão empregados nos serviços.

4. NOTA CONCLUSIVA

Ao longo deste trabalho vimos que não é possível retratar de forma homogénea a comunidade imigrante residente em Portugal. Sendo uma comunidade muito diversificada, oriunda de vários países, é possível traçar diversos perfis socioeconómicos e diferentes formas de integração no mercado de trabalho, consoante as nacionalidades. Esta heterogeneidade permite-nos concluir pela existência de um mercado de trabalho segmentado, com uma estrutura dual. Por um lado, encontram-se os imigrantes africanos e dos Países de Leste que se inserem nas áreas mais desfavorecidas do mercado de trabalho e por outro, os imigrantes dos países europeus e Estados Unidos da América que se ocupam em profissões mais qualificadas. No entanto, os imigrantes dos Países de Leste, pelo facto de possuírem habilitações e qualificações relativamente elevadas, representam um forte potencial que poderá contribuir para o desenvolvimento regional, para o aumento da produtividade e da competitividade portuguesa. Confrontando a especialização sectorial das regiões e a especialização da população empregada imigrante concluiu-se por uma ausência de relação entre estas.

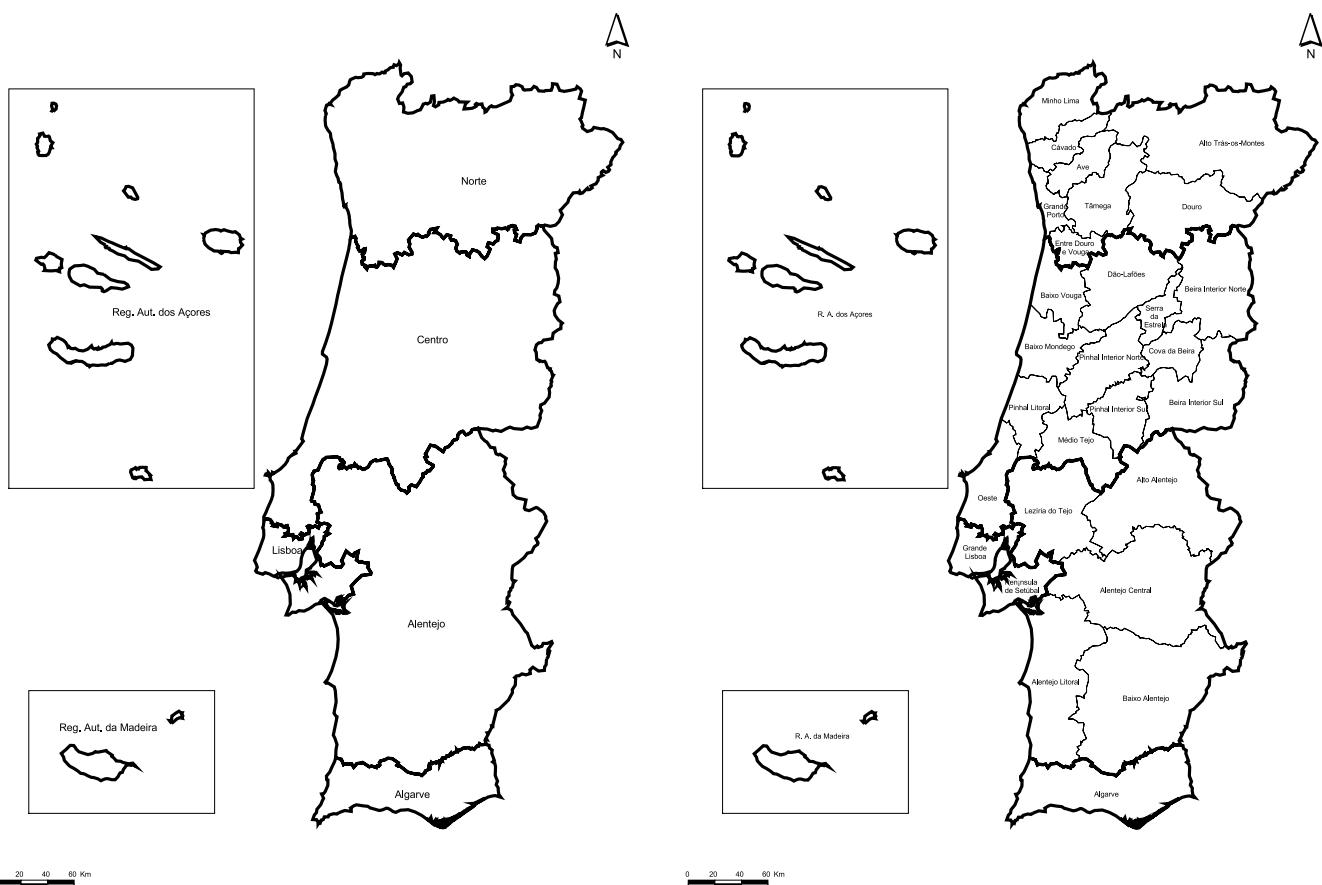
De facto, a generalidade dos imigrantes acaba por se inserir em ramos de actividade específicos e não nos ramos que constituem a especialização sectorial da região que os acolhe. Assim, a especialização sectorial não é um factor que condicione a fixação dos imigrantes em determinada região. Os imigrantes tendem sim a concentrar-se nas zonas com maiores níveis de rendimento, de desenvolvimento económico e humano e com uma estrutura populacional mais concentrada e urbanizada, entre outros aspectos.

Atendendo ao importante contributo da imigração para o rejuvenescimento da população portuguesa, que no longo prazo será ainda mais crucial, e ao potencial que constitui a mão-de-obra imigrante, é necessário repensar as formas de integração dos imigrantes no mercado de trabalho e na sociedade em geral, de modo a aproveitar as suas potencialidades e atenuar e evitar bolsas de pobreza e exclusão social. Deste modo, terão que ser criadas condições favoráveis à rentabilização destes recursos humanos disponíveis, à sua fixação (sobretudo em zonas de declínio demográfico) e à utilização do espírito de iniciativa que possuem, com vista a obterem-se ganhos de produtividade significativos, estimular o consumo e sobretudo criar dinâmicas de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

- Baganha, Maria Ioannis, Ferrão, João e Malheiros, Jorge (coord), *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*, IEFP, Relatório Final, 2 vols., 1998.
- Ferreira, Eduardo de Sousa, e Rato, Helena (2000), *Economia e Imigrantes: Contribuição dos Imigrantes para a Economia Portuguesa*, Celta Editora, Oeiras.
- Malheiros, Jorge (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa: Os Anos da Mudança.*, Edições Colibri, Lisboa.
- Malheiros, Jorge (2002a), "Portugal Seeks Balance of Emigration, Immigration", *Migration Information Source*, Migration Policy Institute.
- Malheiros, Jorge (2002b), "Nova imigração e desenvolvimento regional. Situação actual e oportunidades para as regiões portuguesas" in "Imigração e Mercado de Trabalho", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, nº 2, Departamento de Estudos, Prospectivas e Planeamento do Ministério da Segurança Social e Trabalho, pp. 69-87.
- Peixoto, João (2002), "Os mercados da imigração. Modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal" in "Imigração e Mercado de Trabalho", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, nº 2, Departamento de Estudos, Prospectivas e Planeamento do Ministério da Segurança Social e Trabalho, pp. 57-68.
- Rita, José Palma (2002), "Imigração económica e competitividade" in "Imigração e Mercado de Trabalho", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, nº 2, Departamento de Estudos, Prospectivas e Planeamento do Ministério da Segurança Social e Trabalho, pp. 37-55.

ANEXO



INDICADORES ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Os quadros aqui publicados constituem um resumo da informação disponível nos Boletins Trimestrais de Estatística produzidos pelas Direcções Regionais do INE. Para uma análise mais detalhada de cada região sugere-se a consulta dos referidos Boletins, disponíveis em <http://www.ine.pt>

CONSUMO PRIVADO

Consumo Privado (Inquérito de Conjuntura aos Consumidores)		Indicador de Confiança dos Consumidores	Situação económica do agregado familiar nos próximos 12 meses	Situação económica geral do país nos próximos 12 meses	Perspectiva de evolução do desemprego nos próximos 12 meses	Oportunidade de realização de poupança nos próximos 12 meses
			SRE	SRE	SRE	SRE
Continente	2002	-34,0	-17,4	-34,6	42,4	-41,8
	3ºTrim.2002	-36,3	-18,0	-35,0	47,5	-45,0
	4ºTrim.2002	-42,1	-22,9	-42,8	56,8	-45,9
Norte	2002	-30,6	-12,6	-34,6	42,6	-32,6
	3ºTrim.2002	-32,4	-13,1	-37,8	45,8	-33,1
	4ºTrim.2002	-37,0	-15,3	-42,3	54,9	-35,4
Centro	2002	-27,9	-13,4	-32,2	47,5	-18,6
	3ºTrim.2002	-29,8	-13,9	-29,8	52,1	-23,5
	4ºTrim.2002	-37,1	-19,7	-41,6	64,6	-22,7
Lisboa e Vale do Tejo	2002	-32,3	-17,4	-34,2	37,2	-40,3
	3ºTrim.2002	-34,4	-17,3	-34,8	43,0	-42,7
	4ºTrim.2002	-39,8	-22,5	-41,5	49,8	-45,5
Alentejo	2002	-44,0	-21,8	-34,1	49,4	-70,8
	3ºTrim.2002	-48,5	-24,7	-35,5	58,6	-75,3
	4ºTrim.2002	-57,5	-33,0	-45,8	71,6	-79,5
Algarve	2002	-36,9	-19,8	-40,4	35,0	-51,0
	3ºTrim.2002	-38,2	-20,2	-37,2	38,3	-52,4
	4ºTrim.2002	-40,8	-28,2	-48,6	43,3	-51,8

SRE - Saldo de Respostas Extremas

INVESTIMENTO

Investimento		Licenças de construção concedidas	Fogos licenciados em construções novas para habitação	Capital Social - novas sociedades (1)	Capital Social - novas sociedades (1)	Constituição de novas Sociedades - Número (1)
		vh (%)	vh (%)	10 ⁶ Euros	vh (%)	vh (%)
Portugal	2002	0,4	-9,8	1 813,6	39,4	-25,9
	3ºTrim.2002	3,3	-0,9	267,8	18,6	-35,9
	4ºTrim.2002	-5,4	-14,5	813,8	76,4	-45,7
Norte	2002	-1,6	-17,5	710,9	85,3	-32,1
	3ºTrim.2002	12,8	-3,1	43,7	-24,5	-60,4
	4ºTrim.2002	-22,3	-23,8	553,5	327,3	-44,8
Centro	2002	0,7	-1,3	130,3	-6,7	-20,1
	3ºTrim.2002	-3,9	-9,7	22,5	-37,9	-39,7
	4ºTrim.2002	4,3	-7,8	48,0	51,1	-36,3
Lisboa e Vale do Tejo	2002	-1,5	-7,5	x	x	-23,4
	3ºTrim.2002	-3,4	-11,5	x	x	-33,0
	4ºTrim.2002	-5,3	-30,0	x	x	-27,8
Alentejo	2002	7,7	-1,1	53,9	90,0	-13,4
	3ºTrim.2002	5,6	0,5	4,2	-2,0	-25,1
	4ºTrim.2002	-0,1	7,1	40,6	217,5	-18,5
Algarve	2002	3,0	-7,3	21,0	-8,2	-15,2
	3ºTrim.2002	-4,7	-31,6	1,6	-1,2	-21,4
	4ºTrim.2002	12,5	-9,4	2,7	-6,9	-26,0

vh: variação homóloga

(1) Os valores de Portugal referem-se ao total de sociedades constituídas.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Comércio Internacional		Exportações			Importações		
		Intra+Extra U.E. 15	Intra U.E. 15	Extra U.E. 15	Intra+Extra U.E. 15	Intra U.E. 15	Extra U.E. 15
		vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)
Portugal	2002	1,4	1,4	1,4	-4,0	x	x
	3ºTrim.2002	4,6	4,1	6,3	-1,4	x	x
	4ºTrim.2002	2,6	1,7	6,4	-3,4	x	x
Norte	2002	2,9	2,1	6,1	-2,5	2,6	-16,3
	3ºTrim.2002	5,0	2,5	14,3	2,4	9,5	-16,6
	4ºTrim.2002	7,9	5,7	13,0	2,8	6,9	-6,9
Centro	2002	5,4	6,8	-1,7	-5,1	-1,9	-19,3
	3ºTrim.2002	9,0	13,1	-7,5	-0,9	0,7	-7,9
	4ºTrim.2002	-1,3	-2,5	5,0	-7,7	-4,0	-22,8
Lisboa e Vale do Tejo	2002	-1,9	-1,9	-2,0	-4,9	-2,5	-14,3
	3ºTrim.2002	1,6	0,9	4,8	-2,9	-1,5	-8,6
	4ºTrim.2002	-2,2	-1,6	-4,6	-8,0	-6,8	-12,5
Alentejo	2002	-16,8	-18,8	-12,8	1,9	-1,8	3,7
	3ºTrim.2002	3,0	8,5	-9,3	-6,8	28,9	-19,0
	4ºTrim.2002	18,0	16,4	21,9	13,2	25,9	6,1
Algarve	2002	-1,2	10,4	-39,3	-1,2	-1,7	1,7
	3ºTrim.2002	-6,1	19,4	-62,3	-10,0	-12,3	10,3
	4ºTrim.2002	-2,2	15,5	-56,9	1,8	-0,6	30,1

vh: variação homóloga

EMPREGO E DESEMPREGO

Emprego e Desemprego		População Empregada			Emprego por ramo de actividade			Indivíduos Desempregados	Taxa de Desemprego
		Total	Homens	Mulheres	Indústria (2)	Construção	Serviços		
		vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)		
Portugal	2002	0,2	- 0,1	0,5	- 4,1	6,2	1,2	272,3	5,1
	3ºTrim.2002	0,5	0,0	1,0	- 4,1	8,3	1,4	276,1	5,1
	4ºTrim.2002	- 1,2	- 1,5	- 0,9	- 4,8	4,5	- 1,0	331,8	6,2
Norte	2002	- 0,8	- 0,9	- 0,6	- 4,2	4,1	2,2	92,8	4,9
	3ºTrim.2002	- 1,4	- 1,1	- 1,7	- 6,8	7,7	1,6	103,4	5,4
	4ºTrim.2002	- 3,0	- 3,1	- 2,9	- 5,1	2,8	- 2,0	118,3	6,2
Centro	2002	0,8	0,8	0,8	0,9	x	3,2	31,2	3,0
	3ºTrim.2002	3,1	2,6	3,7	5,5	x	5,4	25,9	2,5
	4ºTrim.2002	1,1	0,9	1,2	4,7	x	0,6	39,1	3,7
Lisboa e Vale do Tejo	2002	0,0	- 0,3	0,4	- 4,5	9,7	- 0,6	116,2	6,5
	3ºTrim.2002	0,4	- 0,4	1,4	- 5,1	9,0	- 0,1	113,7	6,4
	4ºTrim.2002	- 1,5	- 2,0	- 0,9	- 8,1	6,0	- 1,7	135,9	7,6
Alentejo	2002	1,0	- 0,1	2,5	3,8	x	- 0,3	16,2	6,6
	3ºTrim.2002	0,2	- 0,8	1,5	4,2	x	- 0,9	17,8	7,4
	4ºTrim.2002	- 0,4	- 1,1	0,7	0,4	x	0,0	19,7	8,0
Algarve	2002	1,7	0,9	2,6	1,4	x	0,6	10,4	5,3
	3ºTrim.2002	1,2	0,3	2,2	1,7	x	- 0,8	9,3	4,7
	4ºTrim.2002	0,9	0,9	1,0	5,2	x	- 0,9	13,6	6,9

vh: variação homóloga

(2) Os valores das regiões Centro, Alentejo e Algarve reportam à Indústria e Construção, em conjunto.

PREÇOS

Preços		Preços no Consumidor	
		vh (%)	
Portugal	2002	3,6	
	3ºTrim.2002	3,6	
	4ºTrim.2002	4,0	
Norte	2002	3,7	
	3ºTrim.2002	3,6	
	4ºTrim.2002	3,9	
Centro	2002	3,6	
	3ºTrim.2002	3,6	
	4ºTrim.2002	4,1	
Lisboa e Vale do Tejo	2002	3,5	
	3ºTrim.2002	3,6	
	4ºTrim.2002	4,1	
Alentejo	2002	3,7	
	3ºTrim.2002	3,8	
	4ºTrim.2002	3,9	
Algarve	2002	3,8	
	3ºTrim.2002	3,8	
	4ºTrim.2002	4,3	

Preços	Preços no Consumidor		
	variação média dos últimos doze meses	variação homóloga	variação mensal
Out. 2002	3,6	4,0	0,7
Nov. 2002	3,6	4,1	0,7
Dez. 2002	3,6	4,0	0,2
Out. 2002	3,8	3,8	1,0
Nov. 2002	3,7	3,9	0,7
Dez. 2002	3,7	3,9	0,1
Out. 2002	3,6	3,7	0,4
Nov. 2002	3,6	4,1	0,9
Dez. 2002	3,6	4,1	0,3
Out. 2002	3,4	4,2	0,6
Nov. 2002	3,4	4,0	0,8
Dez. 2002	3,5	4,1	0,2
Out. 2002	3,7	3,8	0,3
Nov. 2002	3,7	4,0	0,5
Dez. 2002	3,7	3,9	0,0
Out. 2002	3,8	4,4	0,4
Nov. 2002	3,8	4,3	0,5
Dez. 2002	3,8	4,2	0,4

vh: variação homóloga

TURISMO

Turismo		Estabelecimentos Hoteleiros		
		Dormidas	Hóspedes	Taxa de Ocupação-Cama
		vh (%)	vh (%)	vcs (%)
Portugal	2002	- 3,2	- 0,3	41,0
	3ºTrim.2002	- 0,1	3,8	41,7
	4ºTrim.2002	- 1,7	1,3	40,0
Norte	2002	9,1	9,4	29,6
	3ºTrim.2002	12,1	14,6	29,6
	4ºTrim.2002	11,0	9,1	30,0
Centro	2002	- 5,1	- 2,4	
	3ºTrim.2002	- 2,8	- 1,1	26,4
	4ºTrim.2002	- 3,6	- 4,4	27,9
Lisboa e Vale do Tejo	2002	- 2,8	- 3,6	x
	3ºTrim.2002	- 1,5	- 2,3	38,2
	4ºTrim.2002	- 9,9	- 5,1	37,9
Alentejo	2002	- 4,5	- 1,1	x
	3ºTrim.2002	- 14,8	- 10,3	33,9
	4ºTrim.2002	- 16,8	- 17,0	30,5
Algarve	2002	7,3	3,6	- 44,1
	3ºTrim.2002	- 4,7	- 2,1	42,4
	4ºTrim.2002	- 5,1	- 4,3	44,3

vh: variação homóloga

vcs: Valores corrigidos de sazonalidade